



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000284374

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1012720-02.2016.8.26.0590, da Comarca de São Vicente, em que é apelante MARIA RITA SANTANA VILELA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Readequaram o V. Acórdão. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOSÉ MARIA CÂMARA JUNIOR (Presidente) E ANTONIO CELSO FARIA.

São Paulo, 25 de março de 2025.

BANDEIRA LINS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 23.556

Apelação nº 1012720-02.2016.8.26.0590 – SÃO VICENTE

Apelante: MARIA RITA SANTANA VILELA

Apelada: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RETORNO DOS AUTOS À TURMA JULGADORA.

Tema nº 986, STJ. Readequação devida. Retorno dos Autos à Douta Presidência de Direito Público.

Ementa readequada:

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. ICMS. TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) E TRANSMISSÃO (TUST). Questão de fundo decidida pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos (Tema 986). Impossibilidade de rediscussão da *quaestio iuris* encerrada. Inaplicabilidade, no caso, da modulação de efeitos realizada pelo STJ. Sentença de improcedência mantida. **Recurso da autora desprovido.**

Pelo V. Acórdão de fls. 99/103, esta C. Câmara deu provimento ao recurso de **Maria Rita Santana Vilela**, reformando a r. sentença de fls. 51/59, que julgou improcedente a ação ordinária proposta em face da *Fazenda do Estado de São Paulo*, na qual a autora pretendia a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação ao ICMS incidente sobre as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST), mediante a repetição do indébito.

A Fazenda ré, inconformada, manejou recursos extraordinário (fls. 105/114) e especial (fls. 116/123), os quais não foram respondidos pela parte contrária (cf. certidão de fls. 125 e 126).

Despacho da E. Presidência da Seção de Direito Público determinando o sobrestamento do feito, nos termos do artigo 1.036, § 1º, do Código de Processo Civil, (fls. 127), sobrevindo ordem de retorno dos autos à Turma Julgadora para eventual adequação ou manutenção da decisão, nos termos do artigo 1.030, inciso II,

do Código de Processo Civil, à luz do julgamento do mérito do REsp nº 1.692.023/MT, Tema nº 986, STJ, DJe 29/05/2024 (fls. 129/131).

É o relatório.

Recebidos os autos da E. Presidência da Seção e reexaminando o acórdão, cabível a sua **readequação** para que se observe a forma definida no julgamento do mérito do EREsp nº 1.163.020/SP, Tema nº 986, STJ.

Em suma, cumpre restabelecer a exação de ICMS cuja base de cálculo compute a TUSD e a TUST, sem que o caso incorra nos termos da modulação definida pelo Superior Tribunal de Justiça, haja vista inexistir pedido de tutela antecipada.

E, invertida a sucumbência, cabe condenar a parte autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade eventualmente deferida

Publicado o Acórdão, **retornem os autos à E. Presidência.**

BANDEIRA LINS

Relator